

Morais

Art. 1º - Fica o Prefeito autorizado a subvenir a quantia de quinhentos mil reis (500\$000) para a festa, da inauguração da nova matriz, obviando para isso o necessário credito e fazendo se preciso for, empréstimo ao prazo e juros que julgar ~~conveniente~~.

O Secretario a faca registrar e publicar.

Secretaria da Prefeitura do Municipio de Piedade,
1º de Abril de 1916.

O Projeto,

José Antônio de Moraes,

Secretario,

Raphael de Nicolo

Publicado na mesma data.

O Secretario,

Raphael de Nicolo

Lei nº 110 - de 11 de Maio de 1916.

Reforma a lei sobre arrecadação de imposto e a Tabela das Taxas.

José Antônio de Moraes, Prefeito do Municipio de Piedade.

Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de hoje, decretou e eu promulgou a seguinte lei:

- Parte preliminar -

Art. 1º - A receita do Municipio é constituída pela arrecadação das rendas de origem permanente e, havendo se receita ordinária; ou de origem ~~accidental~~, e, havendo se receita extraordinária.

§ 1º - As receitas ordinárias provêm da arrecadação correspondente às seguintes rubricas:

Imposto de industria e profissão.

Idem de licença.

Imposto predial.

Idem de veículos.

Idem de ambulantes.

Taxas de operação.

Venda de matadouro.

Taxas funerárias e concessões ~~de cemiterio~~.

Dividas activas.

Art. 2º A receita extraordinária provém das seguintes rubricas:

Multas.

Indemnizações.

Quaisquer rendas não classificadas.

Cada uma dessas rubricas constituirá título separado e fará objecto de informações especiais.

Titulo I

Imposto de Indústria e Profissão.

Capítulo I

Do Imposto e suas Taxas.

Art. 3º O imposto de indústria e profissão é devido por todos os que, individualmente, em companhia, em sociedade anonyma ou em sociedade commercial, exercerem no município, indústria, profissão ou commercio, arte ou ofício ainda que residam fora do município.

Art. 4º O imposto compõe-se de taxas fixas e tem por base a natureza, classe e importâncias das indústrias e profissões, e, quanto a determinados estabelecimentos industriais, o numero de operários, as máquinas, utensílios e qualquer meio de produção.

Capítulo II

Das Isenções.

Art. 4º São isentos do imposto:

J. Moreira 4

- 1º Os que trabalharem em officina propria, sem portar, abetar, nem lesteiros e nem officiais nem aprendizes, ainda que empreguem materiais seus, não se considerando officiais nem aprendizes, a mulher que trabalhar com marido, as filhas solteiras e os filhos menores que trabalharem, com o pae ou a mae;
- 2º As paixas economicas e monte pios; as sociedades de pecados mutuos, ou quaquequer outros estabelecimentos para fins humanitarios e as sociedades de colonização;
- 3º As sociedades cooperativas de produçao e de produção e consumo, devendo, para esse fim, ficarem sujeitas à fiscalização municipal, apresentando à Prefeitura anualmente, um balanço detalhado, de seu movimento e facultando o exame de toda a sua escrita ao Prefeito ou aos funcionários que para isso elle designar;
- 4º Os que exercerem o magisterio, não compreendidos os empregarios de collegios com estabelecimentos que assim devam ser classificados;
- 5º Os internatos que tiverem menos de 50 alumnos internos;
- 6º Os artistas sem estabelecimento, os jornaleiros e operarios;
- 7º As fabicas de fuso e as que se especializarem em maquinas para lavora;
- 8º Os concessionarios de minas;
- 9º Os negociantes exclusivamente ambulantes, sujeitos ao imposto da respectiva tabella, unicamente quanto ao commercio, ambulante;
- 10º Os empregarios de revistas periodicas;
- 11º A industria ou commercio de cimento produzido

do Estado;

- 12º - As casas de pensão familiares, desde que o numero de pensionistas não exceda de 4 e não receba hóspede mediante diária;
- 13º - Os capitalistas que não sendo domiciliados, tiverem em jis capital inferior a vito contos de reis;
- 14º - Os ajudantes ou prepostos de correctores, sem escriptários;
- 15º - Os membros de corpo diplomaticos, os comules e agentes consulares estrangeiros;
- 16º - Os empregados publicos federaes, estaduais e municipais;
- 17º - Os escrivães de paz;
- 18º - Os escrivães do cível, do commercio, de apertos e ausentes, do jury e execuções criminais, os contadores e distribuidores;
- 19º - Os avaliadores;
- 20º - Os agentes do governo da União ou do Estado;
- 21º - Os bens e rendas federaes, estaduais e Municipais e os serviços a cargo da União, do Estado e do Municipio.

Aart. 5º - As isenções do artigo anterior só comprehendem restrictamente as industrias, profissões, funções e commercio, a que expressamente se referirem, não se entendendo a outros que os beneficiados possam exercer e que não estejam expressamente isentos.

Aart. 6º - Nenhuma das isenções deste capítulo se estendem a os outros impostos, excepto se os regulamentos especiais o determinarem.

Aart. 7º - O pagamento do imposto de outra espécie não isenta do pagamento do de indústria e profissão quem exerce os mestres nello.

5

comprehendidos, salvo as exceções do artigo 5º.

Capítulo III

Das novas Industrias.

Art. 8º. Em relação aos casos novos ou não incluídos na tabela, proceder-se-á à assimelação ou criação de taxa, observadas as disposições do presente capítulo.

Art. 9º. Quando o collector encontrar uma industria, profissão ou comércio novo, não incluído na tabela, em relatório circunstanciado, indicar-s-á ao Prefeito, mencionando todos os seus características e fins, sua importância, a maneira por que é exercido, e se pode ou não ser assimelado a alguma das já tributadas.

Art. 10º. Decidindo o Prefeito remetterá o relatório à collectoria com o despacho definitivo para o lançamento no livro competente, ficando logo em vigor até fazer-se nova revisão das tabelas.

Capítulo IV

Do Processo de Lançamento e da Escrita.

Art. 11º. O lançamento será feito pelo collector e compreenderá todas as espécies que não estiverem expressamente isentas do imposto.

§ Monico As que estiverem expressamente isentas do imposto serão relacionadas separadamente.

Art. 12º. O lançamento será feito no mês de janeiro do anno da arrecadação precedendo aviso por edital que será afficado em lugar público desta cidade e publicado pela imprensa, se houver.

Art. 13º. A época do lançamento estabelecida no artigo antecedente poderá ser alterada pelo Prefeito, em caso extraordinário.

Art. 14º. Os prazos estabelecidos no artigo 12º.

não poderão ser excedidos por deliberação do collector, mas serão regulados de acordo com o § seguinte:

§ Único. Quando houver, algum fato extraordinário que impossibilite o collector de terminar o lançamento no prazo marcado, representará elle por ofício ao Prefeito, dando os motivos que para isso houver.

Art. 15º. O lançamento será feito em livro para esse fim destinado.

Art. 16º. A proporção que o lançamento for sendo feito, será enviado um aviso para ciência dos contribuintes.

Art. 17º. O aviso de que trata o artigo 16º, compreenderá o nome do contribuinte, a importância lançada, a natureza do imposto, o prazo para as respostas, o tempo de pagamento sem multa e as penas a que ficará sujeito o contribuinte que não satisfizer o pagamento nesse tempo.

Art. 18º. Terminado o lançamento será, mesmo anunciado por meia de editais que será officiado na porta da collectaria e publicado pela imprensa, houver

Art. 19º. Nos livros de lançamentos não poderá o collector anular lançamento algum nem fazer alterações que redundem em anulação ou redução do imposto, si não em virtude de ordem escrita do Prefeito.

Art. 20º. O empregado que extrair a certidão de pagamento, uma vez verificado este, dará baixa imediatamente no livro competente.

§ Único. Nas épocas de grande arrecadação, a baixa poderá ser dada depois da verificação do pagamento, mas em prazo nunca excedente de 48 horas, contadas da data da arrecadação.

Art. 21º. Os conhecimentos para o recebimento do imposto a boca do cofre, serão cheios na ocasião

6
Provedor

em que se apresentarem as partes, para efectuarem o pagamento.

Art. 42º. Ultimado todo o serviço da collecta, o Prefeito ou o funcionario por elle determinado procederá a exame minucioso em todos os livros de balancamento.

Art. 43º. Encerrado o lançamento, os que de novo se estabelecerem ou iniciarem a ocupação serão nello incluído por meio de additamento, à vista de participações das denúncias que a collectoria receber ou do resultado das correções que se fizer.

Art. 44º. Si, depois do lançamento feito, o paupera alterar alguma taxa, de maneira que o contribuinte seja obrigado ao pagamento de maior quota, não se dará aviso especial dista circunstância, mas publicar-se-á pela imprensa si houver, e na falta de edito que será offisado na porta da collectoria.

Art. 45º. A falta de lançamento não isenta o contribuinte de pagar o imposto a que estiver sujeito pela industria ou profissão exercida, logo que se lhe exija.

Art. 46º. Todos os actos do Prefeito, mandando alterar lançamentos, serão dados por escritos e encadernados, cronologicamente e archivados, quando que se possam justificar as alterações que se fizerem.

Capítulo V

Da Fiscalização.

Art. 47º. Até 31 de maio de cada anno fará a varredura no município, dos impostos que devem estar pagos e em boletim representará ao Prefeito relatando as faltas que encontrar.

Art. 48º. De posse desse boletim, o Prefeito determinará a collectoria as providencias que o caso exigir.

mandando essa repartição aviso imediato ao contri-
buinte, uma vez que da collecta não conste o seu nome.
Capítulo VI.

Das Bases para o lançamento.

Art. 29º. O mercador ou representante de casas de
outros municípios, de outros Estados ou do estrangeiro
que estabelecer depósito em hotéis, pensões ou casas par-
ticularas, para vender por conta própria ou alheia,
artigos de qualquer procedência, pagará de uma so-
vez e antecipadamente a taxa de mercador, de 1%
sobre os artigos em que negociar.

Art. 30º. Ecken, no mesmo estabelecimento exer-
cer mais de uma espécie de commercio ou commercios
de natureza diversa e sujeitos a diferentes taxas,
só pagará a taxa mais tributada e mais 50% des-
ta taxa.

Art. 31º. As casas de commercios que venderem
passagem para vapores tanto de linha, coiteiros como
de alto mar, pagaráão o imposto de 50% sobre a taxa
de cambista, desde que não sejam agencias ou sub-
agencias das respectivas empresas, caso em que paga-
ráão as taxas das subicas - Navegação (agencia ou sub-
agencia de).

Art. 32º. As casas commerciales que venderem
pelo sistema de club ou porto, pagaráão o duplo das
taxas em que deveriam ser classificadas, se não ven-
dessem por tal sistema.

Art. 33º. O fabricante que venderem à varejo
nas fabricas ou em seus depósitos, estarão sujeitos
às taxas de fabricantes e mercadores.

§ Único. Esta disposição, porém, só terá applica-
ção nos casos de haver para os mercados diferente ta-
xa da de fabricante, isto é, com numerações diver-

7
Assinado

10, mas não nos casos em que a tabela dig: "fabricante ou mercador?"

Art. 34º: Os directores-gerentes e fiscais das empresas ou sociedades anonymous não definidas, com sede no município, mas que só explorarem serviços fora delle, só pagaráão metade do imposto estabelecido para os directores-gerentes e fiscais das outras empresas ou sociedade anonymous.

Art. 35º: A mudança de profissão ou industria para outra sujeita a maiores taxas obriga o collector ao pagamento das taxas correspondentes à nova industria e profissão, sem alteração no que pagou pelo exercício da profissão anterior.

Art. 36º: Se se der unicamente o caso de mudança de firma social em que contém um ou alguns dos mesmos contribuintes, prevalecerá o imposto já cobrado.

Art. 37º: No caso de morte de um contribuinte, sucedendo lhe herdeiros forçados, prevalecerá o imposto já pago pelo fallecido.

Art. 38º: Os estabelecimentos que funcionarem no município, estão sujeitos ao imposto, embora tenham a sua sede em outro município ou em países estrangeiros.

Art. 39º: Em relação às industrias e profissões contempladas em mais de uma classe, o collector fará a graduação proporcionalmente, tendo em vista o capital empregado, os auxiliares de que dispõe e a capacidade productiva.

Art. 40º: Fica obrigado ao imposto correspondente a todo o anno quem exercer a industria, profissão ou commercio em qualquer data do 1º. semestre, ainda que feche ou transfira o estabelecimento antes

de fundo o anno, observadas, porém, as disposições seguintes:

§ 1º - Quando for deixado o exercicio da industria, profissão ou commercio, antes de feito, será dispensado do pagamento da segunda prestação, se ainda não tiver feito.

§ 2º - Quando for deixado antes de iniciado um trimestre, só pagará o imposto em proporção ao trimestre ou trimestres em que tiver funcionando, seja qual for a importancia do lançamento, desde, porém, que ainda não tenha sido inscrita a dívida ou pago o imposto.

§ 3º - Da o inicio da industria, profissão ou commercio tiver lugar depois de 31 de Março, disporá-se à parte correspondente ao primeiro trimestre; se começar depois de 30 de Junho, dispensar-se-á o segundo trimestre se começar de 30 de Setembro, dispensar-se-ão os tres trimestres anteriores, qualquer que seja o valor do imposto.

§ 4º - Quando se der o caso de falecimento, óbito ou fechamento da casa por ordem da autoridade, cobrar-se-á o imposto até ao ultimo mes do ano precedente ao da cessação.

Capítulo VII

Do Tempo e Modo da Cobrança

Art. 41º - A cobrança do imposto será realizada à boca do cofre, sem multa dentro do mes de Fevereiro para os que tiverem lançados e para os que trata o artigo 23º será feito dentro de 30 dias contados do lançamento.

§ Único - É todo e qualquer imposto da industria e profissão é facultado o pagamento por semestre.

Arroio

Art. 42º. Os concorrentes a empreitada de edificações, construções e outras obras Municipais, devem previdamente pagar o imposto estabelecido na rubrica "Empreiteiro, constructor ou contractador de obras".

Art. 43º. Todos os impostos lançados e não pagos dentro do primeiro semestre, serão no semestre seguinte cobrados executivamente, correndo todas as despesas por conta dos impostos.

Art. 44º. Aquelles que no devido tempo não pagarem os impostos, pagaráão plenamente uma multa de 20% contado sobre a importância dos impostos não pagos.

Art. 45º. Não será admitido o pagamento da quota do imposto relativo ao 4º semestre, ficando em dívida a do semestre anterior.

Capítulo VIII

Das Reclamações e Recursos.

Art. 46º. Os collectados podem reclamar:

1º. Redução do imposto:

a) por ser a taxa superior a que devam legitimamente pagar.

2º. A anulação do imposto:

a) por não haver fundamento algum para o laiamento;

b) por terem deixado de exercerem a industria, profissão ou commercio, antes de começar o exercício, trimestre ou semestre.

Art. 47º. Essas reclamações serão feitas por escrito, directamente pelos collectados ou por quem os representem, até 15 dias depois da conclusão do lançamento geral.

§ Único - Se o lançamento geral se tiver passado

do por maior prazo além do regular, contará-se tão sempre 10 dias para os lançamentos que se excederem.

Art. 48º - O requerimento com o selo devidamente feito deve ser feito diretamente ao Prefeito, que remeterá à ao collector para informar. Informado este favoravelmente, independentemente de novas inscrições, o Prefeito proferirá o seu despacho definitivo. Em caso contrário, ou não se conformando com a informação do collector, o Prefeito pessoalmente procederá a justiça.

Art. 49º - Poderão ainda os collectados recamar pedante o Prefeito, quando forem intimados para pagamento executivo do imposto, parte do imposto ou multa já pagas, ou de que tivessem sido cobradas por despachos anteriores.

Art. 50º - No caso do artigo precedente, o Prefeito, ao receber a reclamação, ouvirá seu demorar o collector que imediatamente informará a respeito.

§ Único - Conhecido a procedência da allegação, o Prefeito mandará imediatamente anular a inscrição da dívida e suspenderá a execução quer que seja o seu estado.

Art. 51º - Quando todo e qualquer despacho do Prefeito expressamente violar a lei ou offendê-lo direito incontestável do recorrente poderá dele recorrer para a câmara no prazo de 10 dias, contados da data do despacho.

Art. 52º - Este recurso será interposto por petição, tomada por termos em livro próprio na Secretaria da Câmara, com assinatura do recorrente ou do seu procurador.

Art. 53º - Não será tomado conhecimento da requebração ou do recurso que for apresentado

Marradi 9

com preliricão de formalidades e fóra do tempo.

Aart. 54º. As faltas ou erros commetidos pelos empregados não prejudicarão as partes que tiverem cumprido as disposições legais, devendo deferir-se-lhes como fôr de justiça, responsabilizando-se os mesmos empregados.

Aart. 55º. As decisões em qualquer que seja a instância, só produzem o efeito de cassado quanto ao laçamento, que houver dado lugar à decisão.

Aart. 56º. Em qualquer que seja o caso, nulgará a reabertura, ou recurso tem efeito suspensivo, devendo cobrar-se os impostos em quanto não houver decisão em sentido contrário.

Aart. 57º. A Câmara, reformando a decisão do Prefeito, o secretário extraherá cópia dos despachos e remetterá à prefectura para ser cumprida, ficando arquivados os papéis do recurso; mas, para confirmar, serão entreques aos recorrentes.

Capítulo IX

Disposições Gerais.

Aart. 58º. Todo aquele que abrir estabelecimento para comércio ou indústria ou iniciar o exercício de qualquer profissão sujeita ao imposto, sem qual quer época, deverá declarar o prenamente de collectos, afim de ser lançado e inscrito.

§ Único. O impostor paga a disposição diária em multa de 200\$000 e o dobro na reincidência.

Aart. 59º. Depende, de preliricamento prévio das formalidades do artigo antecedente, a mudança, de profissão, indústria ou comércio para alguma de outra denominação, ou transcrição do estabelecimento para novos donos assinadas e a

mudança de casa e local.

Art. 58º - O impacto desta disposição não corre em multa de 20% 000 e do dobro na reincidência.

Art. 60º - O contribuinte que transpir seu estabelecimento sem as formalidades do artigo 59º é responsável pelo imposto em dívida até o fim do exercício em que se houver efectuada a transferencia.

Art. 61º - Quando se der o caso de transferencia de estabelecimento para outro plomo, cobrar-se-ão os impostos na forma do artigo 58º sem alteração, as que pagou o transferente.

Art. 62º - Com a simples declaração verbal ou escrita do interessado ou de quem o represente, para a collectoria, terá lugar a competente inscrição ou transferencia.

Art. 63º - Não sendo o imposto de industria e profissão ônus real, o proprietário do predio não é responsável pela dívida do locatário.

Art. 64º - Nenhuma ação poderá o collectar de propor ou defender em juizo sobre questões atinentes à sua industria ou profissão sem exhibir o comprovamento do pagamento correspondente ao exercício anterior.

Art. 65º - Todo o prazo terminado em dia de seu fériado, entende-se sempre prorrogado até o primeiro dia útil que se lhe seguir.

Art. 66º - As expressões, industria e profissão, entende-se sempre empregadas neste regulamento em sentido geral, para exprimir tanto as industrias e profissões, como commercio, artes, officios, etc., sobre que incide o imposto.

Capítulo X.

Abelha das Taxas.

J. J. P. da C. 10

A

Apicolar (fabricante em pequena escala de)	20,000
Apparque no perimetro urbano e até 3 Kilometros (empregario de)	600,000
Idem fora do perimetro urbano (empregario de)	50,000
Acrobacia, esquina etc. (professor com estabelecimento de)	100,000
Advogado	40,000
Adubos químicos (fabricante ou mercador de)	10,000
Alquenaiador de hotel	12,000
Agente de entrega de navegação ou de seguros sendo de uma só empresa	400,000
Idem sendo mais de uma empresa	30,000
Agente, director, gerente ou superintendente de companhia ou sociedade anonymous não bancaria quando remunerado.	90,000
Agente ou ajudante de corrector de fundos públicos	10,000
Agente ou representante de estabelecimento comercial ou industrial de fármacos, armarinhos, drogas, ferragem, perfumariais de fábrica do Estado quando não forem estabelecidos	100,000
Agente ou correspondente de casa bancária com ou sem capital	150,000
Agente de negociação, com escrivório	50,000
Idem sem escrivório	20,000
Agremador, com escrivório	40,000
Aquas minerais (fabricante ou mercador de)	50,000
Idem em pequena escala	4,000
Alcool (mercador de) 1ª classe	80,000
Idem (mercador de) 2ª classe	50,000
Algaíate, com fábricas	50,000
Idem sem fábricas	10,000

Alfinetes (fabricante de)	10,000
Algodão em pasta (fabricante ou mercador de) 1ª classe	50,000
Idem 2ª classe	30,000
Algodão enxaciado (mercador de)	50,000
Aluguel de carros (empregário com escrivátorio de)	10,000
Alumínio (fabricante ou mercador de) 1ª classe	100,000
Idem (fabricante ou mercador de) 2ª classe	50,000
Ameadas e confitões (fabricante ou mercador de) 1ª classe	50,000
Idem de 2ª classe	30,000
Amidon (fabricante ou mercador de) em grande escala	50,000
Idem em pequena escala	30,000
Armador com estabelecimento	10,000
Armágeus (mercador de)	50,000
Anis (fabricante de) 1ª ordem	50,000
Idem de 2ª ordem	30,000
Animais de aluguel ou a trato (empregário ou estabelecimento de) 1ª ordem	40,000
Idem de 2ª ordem	20,000
Anuncios ou refâmes (empregado)	20,000
Anuncios (agente com escrivátorio de)	10,000
Apparelhos sanitários (mercador de)	20,000
Arame (fabricante de)	30,000
Arame (fabricante ou mercador de objecto de) inclusive penas 1ª classe	50,000
Idem de 2ª classe	30,000
Idem de 3ª classe	20,000
Armador com estabelecimento	30,000
Idem seu estabelecimento	10,000
Aquários (mercador de) 1ª classe	80,000
Idem de 2ª classe	50,000

J. Ferreira
11

Idem de 3.ª classe	30,000
Arenas e acessórios (mercador de) 1.ª ordem	50,000
Idem de 2.ª ordem	30,000
Acessos (fabricante de) 1.ª ordem	50,000
Idem de 2.ª ordem	30,000
Idem de 3.ª ordem	20,000
Acessos e acessórios (mercador de) 1.ª classe	50,000
Idem de 2.ª classe	40,000
Idem de 3.ª classe	30,000
Arroz (mercador de) 1.ª classe	100,000
Arroz (mercador de) 2.ª classe	80,000
Arroz (mercador de) 3.ª classe	50,000
Asfalto comprimido, azulejo, mosaicos e ladrilhos (fabricante ou mercador de) 1.ª classe	50,000
Idem de 2.ª classe	40,000
Idem de 3.ª classe	30,000
Assucar (empregário de, refinação de) moída a vapor, electricidade ou água	50,000
Idem moída a força humana	25,000
Assucar (mercador de) 1.ª classe	100,000
Idem 2.ª classe	100,000
Idem 3.ª classe	80,000
Artigos dentários (mercador de) 1.ª classe	50,000
Idem de 2.ª classe	45,000
Aves de luxe (mercador de)	10,000
Aves para alimentação (mercador com estabelecimento)	10,000
Azeite (mercador de)	5,000
Automóveis (mercador de) 1.ª classe	200,000
Idem de 2.ª classe	150,000
Idem de 3.ª classe	100,000
Automóveis (comissário ou consignatário de) 1.ª classe	100,000

Idem de 4º classe	804.000
Idem de 3º classe	504.000
Automóveis (mercador de acessórios de) 1º classe	504.000
Idem de 2º classe	45.000
Idem de 3º classe	15.000

B

Balneários (com estabelecimento ou fabricante e mercador de molas)	204.000
Balanças e pesos (mercador e fabricante de)	404.000
Bandeiras (fabricante ou mercador de)	104.000
Barbatana (fabricante ou mercador de)	104.000
Baúlos (empregários de casa de)	104.000
Bebidas alcoólicas ou salsas (fabricante de) 1º classe	104.000
Idem de 2º classe	50.000
Bengala (fabricante ou mercador de)	104.000
Bicicletas e acessórios (diladador ou consertador de)	104.000
Bicicletas e acessórios (mercador de) 1º classe	404.000
Idem de 2º classe	204.000
Bilhares (consertadores de)	104.000
Bilhares com botiqueiro (empregário de)	804.000
Bilhares (empregário de)	504.000
Bilhares (fabricante ou mercador de)	504.000
Bilhares (mercador de artigos para)	25.000
Biscoitos (fabricante ou mercador de)	204.000
Bonete (fabricante ou mercador de)	104.000
Bordador com estabelecimento	204.000
Botiqueiro de 1º classe	50.000
Idem de 2º classe	404.000
Idem de 3º classe	204.000
Bronzeada (com estabelecimento)	104.000
Broches de prata (fabricante ou mercador de)	104.000

J. Moreira 12

Brinquedos (fabricante ou mercador de) 1^a classe

40.000

Idem de 2^a classe

10.000

Cabeleiros e barbeiros (com estabelecimento vendendo perfumaria)

45.000

Cabeleiro e barbeiro não vendendo perfumaria

12.000

Cabello (fabricante ou mercador de objecto de) 1^a classe

40.000

Idem de 2^a classe

10.000

Cadeiras (fabricante ou mercador de) 1^a classe

60.000

Idem de 2^a classe

15.000

Idem de 3^a classe, rústicas

10.000

Café em grãos (mercador de) 1^a classe

80.000

Idem de 2^a classe

60.000

Idem de 3^a classe

25.000

Café moído ou torrado (preparador ou mercador de) 1^a classe

50.000

Idem de 2^a classe

15.000

Caixas de papelão (fabricante ou mercador de) 1^a classe

50.000

Idem de 2^a classe

25.000

Caisções e barris (mercador de) 1^a classe

20.000

Idem de 2^a classe

10.000

Caf (mercador de)

20.000

Calçado (fabricante de) 1^a classe

100.000

Idem de 2^a classe

80.000

Idem de 3^a classe

50.000

Calçados (mercador de objectos miudos para fabricação de)

10.000

Calçados (mercador de) 1^a classe

50.000

Idem de 2^a classe

30.000

Idem de 3^a classe

20.000

Chapeios de cabeça para homens e mulheres	
(mercador de) 1.ª classe	80,000
Idem de 2.ª classe	60,000
Idem de 3.ª classe	40,000
Baldeiros, com estabelecimento	50,000
Calista, com estabelecimento	10,000
Camas de ferro (fabricante e mercador de)	
1.ª classe	50,000
Idem de 2.ª classe	25,000
Camas de ferro (consertador e fabricante em pequena escala de)	
Brancilista	50,000
Campainhas eléctricas (mercador ou consertador de) 1.ª classe	50,000
Idem de 2.ª classe	25,000
Camisas (fabricante de) 1.ª classe	50,000
Idem de 2.ª classe	25,000
Copas para servireras (fabricante ou mercador de) 1.ª classe	50,000
Idem de 2.ª classe	25,000
Capitalista, fazendo uso habitual com capital até 30:000\$000	50,000
Idem de mais de 30:000\$000, até 60:000\$000	80,000
Idem de mais de 60:000\$000	100,000
Capsulas para pharmacia (fabricante de)	
1.ª classe	20,000
Idem de 2.ª classe	10,000
Carpinheiros ou marceneiros, com estabelecimento 1.ª classe	30,000
Idem de 2.ª classe	15,000
Carros, carrogeus, carroças e outros veículos semelhantes (fabricante, consertador ou mercador de) 1.ª classe	50,000

J. Marinho 13

Idem de 1^a classe

25.000

Carros, automóveis, carroagens, carroças e outros veículos semelhantes, para condução pessoal (empregário de estabelecimento de) 1^a classe 50.000

Idem de 2^a classe

25.000

Cartas - bilhetes (mercador de)

10.000

Idem, assimilando a sello (mercador de)

10.000

Cartão postal (fabricante ou mercador de)

10.000

Carvão animal (fabricante de)

10.000

Caixão de pedra (mercador de)

50.000

Carvão vegetal e coke (mercador por mundo de)

10.000

Casas, alugador de aposentos mobiliados de)

10.000

1^a classe

50.000

Idem de 2^a classe

25.000

Casa de saúde (empregário de)

10.000

Casa de feiras (empregário de)

15.000

Esquinha e bronze (mercador de objectos de)

30.000

Cebolas (mercador de)

10.000

Idem (comprador de) para exportar

30.000

bermudas, ou outros congeveres ou pó (mercador

de) 1^a classe

80.000

Idem de 2^a classe

50.000

Idem de 3^a classe

30.000

Bermeja (fabricante de) 1^a classe

100.000

Idem de 2^a classe

60.000

Idem de 3^a classe

40.000

Cerveja engarrafada (mercador de) 1^a classe

50.000

Idem de 2^a classe

30.000

Chá, cera e sementes (mercador de)

20.000

Chapéus de cabeça (fabricantes de artigos para)

50.000

1^a classe

50.000

Idem de 2^a classe

25.000

Chapéus de cabeça (consertador de)

15.000

Chapéos de coueça para homens e mulheres (fabricante de) 1.ª classe	400.000
Idem de 2.ª classe	100.000
Chapéos de coueça para senhoras (fabricante ou mercador de)	50.000
Chapéos de sól ou coueça (mercador de pa- tigos para)	30.000
Chapéos de sól ou de coueça (preparador ou fabricante de artigos para) 1.ª classe	40.000
Idem de 2.ª classe	20.000
Charutos, cigarros, fumos, phosphoros e ou- tros artigos para fumantes (mercador de) 1.ª classe	50.000
Idem de 2.ª classe	30.000
Idem de 3.ª classe	15.000
Chifres (mercador de)	10.000
Chinelos (fabricantes e mercador de) 1.ª classe	40.000
Idem de 2.ª classe	20.000
Cimento (mercador de)	40.000
Club ou cooperativa para commercio de artigos diversos - vide escriptorio ou commer- cio de artigos diversos etc.	50.000
Cobrança (agente com escriptorio de)	20.000
Cocos (mercador de)	5.000
Cope de ferro (fabricante ou mercador de) 1.ª classe	50.000
Idem de 2.ª classe	30.000
Idem de 3.ª classe	20.000
Bolcheles (fabricante ou mercador de)	10.000
Bolchoes (fabricante ou mercador de)	10.000
Bolchoes vendendo moveis e colchões ordi- narios em diminuta escala	10.000
Cola (empregario ou fabricante de)	50.000
Collegio (empregario de)	50.000

J. Moreira 14

Collecte para secura (fabricante ou mercador de)	10.000
Commissiones ou consignações de queiros (empresário, de casa de) 1 ^ª classe	100.000
Idem de 2 ^ª classe	50.000
Companhia ou sociedade anonyma não definida, com sede no município, mas explorando serviço jára d'elle com capital até 100.000.000	50.000
Idem com capital de mais de 100.000.000	80.000
Companhia ou sociedade anonyma não definida, cuja objecto de exploração não estiver taxado pelo imposto de industria e profissão com capital até 100.000.000	100.000
Idem com capital de mais de 100.000.000	150.000
Cooperativa e partilha com bônus (empresário de) 1 ^ª classe	80.000
Idem de 2 ^ª classe	50.000
Idem de 3 ^ª classe	30.000
Coufete (fabricante ou vendedor em grande escala)	50.000
Conserveiro com estabelecimento	80.000
Cooperativas (agente de)	20.000
Cordas, barbantes (fabricante ou mercador de)	20.000
Croissas e flores artificiais (fabricante ou vendedor de)	20.000
Corretores de fundos públicos	20.000
Cerreias (fabricante ou mercador de)	10.000
Correntes de ferro (fabricante de)	10.000
Correiros e selleiros (com estabelecimento em pequena escala)	20.000
Costume (empregario de)	10.000
Courros (empregario de officina) de beneficiar ou currar 1 ^ª classe	40.000
Idem de 2 ^ª classe	20.000

Couros (mercador de)

400.000

Crystal (empregario de fabrica)

15.400

Gentilero com estabelecimento

10.400

D

Dactylographia (escriptorio de)

10.400

Dentista

50.400

Desconto ou emprestimo de dinheiro, sempre-

garios, de escrivario (de) 1^a classe

50.400

Idem de 2^a classe

40.400

Idem de 3^a classe

30.400

Desenhista, vide agrimensor

Dobradicas (fabricante de)

10.400

Doces (fabricante de) com casa de 1^a classe

30.400

Idem de 2^a classe

15.400

Drogas (mercador de) 1^a classe

80.400

Idem de 2^a classe

50.400

Idem de 3^a classe

30.400

E

Empreiteiro (constructor ou contractador
de obras)

15.400

Engenheiro com escriptorio, não se occupando

dos mistérios taxados na rubrica - empreitei-

ro constructor ou contractador de Obras

50.400

Engraxador

5.400

Idem de cada cadeira que exceder a unha

15.400

Envelopes (fabricante de)

5.400

Escovas e vassouras (fabricante ou mercador de)

15.400

Escriptorio, de, amostras ou agencias de
fabrivas ou estabelecimentos commerciales
de estrangeiros

100.400

Idem do paiz

50.400

Escriptorio ou commercio de antigas diversos
pelo sistema de íctus, quando esses antigas

J. Ferreira 15

não foram exportados a venda pelo sistema
commum" 1000000

Tapetes, quadros e molduras (fabricante
ou mercador de) 150000

Espírito de pulps, aqua ardente ou álcool
(distilação de) 1^a classe 200000

Idem de 2^a classe 150000

Estampas (vide selos) F

Farinha de trigo (mercador de) 1^a classe 500000

Idem de 2^a classe D 400000

Idem de 3^a classe 300000

Fazendas (mercador de) 1^a classe 250000

Idem de 2^a classe 200000

Idem de 3^a classe 150000

Feno, fuelle, arrofa e outras forragens
(mercador de) 300000

Ferrador com estabelecimento 150000

Ferragem (mercador de) 1^a classe 180000

Idem de 2^a classe 150000

Idem de 3^a classe 120000

Ferreiro para estabelecimento 150000

Ferro para maquinaria (fabricante ou mercador de) 150000

Ferro (mercador de) 1^a classe 500000

Idem de 2^a classe 400000

Idem de 3^a classe 300000

Filtos (fabricante ou mercador de) 200000

Fios de Banco, cara bancaria ou outra
qualquer confeccional ou sociedade anonyma
quando remunerado II 400000

Fitas cinematograficas (mercador ou
alugador de) 500000

Fogos (fabricante ou mercador de) 100000

Force por electricidade para industria e particulares, fornecendo a terceiros (empregarios de) para o Municipio

500.000

Idem para outros Municipios

1.000.000

Fructos (mercador de) 1.ª classe

20.000

Idem de 2.ª classe

10.000

Subá (empregario de moinho de)

20.000

Tabaco, desfiado e picado, charutos e cigarros (mercador de) I

40.000

Tanqueiro ou latueiro (com estabelecimento)

3.000

G

Galões (fabricante ou mercador de)

40.000

Garage para guarda de automoveis e outros veiculos, de terceiros (empregario de)

10.000

Garrafas e vidros (mercador de)

20.000

Gazolina (mercador de)

40.000

Gelo (fabricante e mercador de)

40.000

Genoces alimenticios (mercador de) 1.ª classe

5.000

Idem de 2.ª classe

3.000

Idem de 3.ª classe

2.000

Gesso (mercador de)

15.000

Gomma elastica (fabricante ou mercador de objectos de)

15.000

Goldura de animal suino (refinaria de)

10.000

Graxa para calçados (fabricante de)

10.000

Gravado com estabelecimento

10.000

Gravatas (fabricantes ou mercadores de)

—

1.ª classe

50.000

Idem de 2.ª classe

25.000

H

Hospedaria, hotel ou restaurante (empregario de)

40.000

I

16

Imagens ou estatuetas (fabricante ou mercador de)	10,000
Imagens ou estatuetas (mercador de)	10,000
Instrumentos de musica (fabricante ou mercador de)	50,000
Instrumentos scientificos, diagramas, matematicos etc. (mercador de)	50,000
Inventos scientificos (exploradores não estabelecidos de)	50,000

J

Joalheiros (fabricante ou mercador de) 1 ^a classe	80,000
Idem de 2 ^a classe	50,000
Idem de 3 ^a classe	20,000
Jornos (empregario de)	15,000

K

Perfume (mercador de)	50,000
-----------------------	--------

L

Laboratorio chimico ou metallurgico (empregario de)	80,000
Lançarinas, lampista - vidro latas e feruleiro.	

M

Lapidaria, com estabelecimento	10,000
Levagem de para (empregario de)	10,000
Levandaria (empregario de)	10,000
Lelloeiro matriculado ou não	50,000
Leques (fabricante ou mercador de)	40,000

Lithographia (empregario de) de 1 ^a classe	50,000
Idem de 2 ^a classe	15,000

O

Lixos (mercador de)	40,000
Lixos usados (mercador de)	30,000
Loteria (agente ou mercador de bilhetes de)	50,000
Louça de barro, porcelana, vidro, crystal (mercador de) 1 ^a classe	50,000

Idem de 2º ofício	30,000
Idem de 3º ofício	20,000
Luz elétrica (empregario de) para fôra do município	10,000,000
Idem para o município	500,000

M

Máquinas agrícolas (mercador de)	100,000
Máquinas, apparelhos para photographia (mercador de)	50,000
Máquinas de costura (mercador de)	30,000
Máquinas hidráulicas (mercador de)	30,000
Madeira (mercador de)	20,000
Masse, alimentícias (fabricante ou mercador de)	100,000
Materiais para construções (mercador de)	10,000

Medico

X

Meias (fabricante ou mercador de)	30,000
Mestre de obras, não trabalhando em, construções por conta própria	10,000
Móveis (fabricante ou mercador de)	20,000
Móveis (alugador de)	10,000

N

Navegação (agencia ou escritório de emprego de) sendo uma só emprego	50,000
Idem de mais uma emprego	80,000
Navegação costeira (agencia ou escritório de emprego de)	50,000
Navegação (sub-agencia de agencia)	60,000

O

Officina mecânica (empregario de)	40,000
Olaria (empregario de)	25,000
Padeiro (mercador de)	10,000
Driver (concentrador, fabricante ou mercador de)	20,000
Quios (mercador de)	10,000

J. M. V. da C. 17

P

Padaria (empregario de)	50.000
Papel para casamento (escritorio ou mercador de)	5.000
Papelão e papel para embalagens (mercador de)	40.000
Papel e objectos para escritorios (mercador de)	30.000
Papel pintado (mercador de)	10.000
Paramentos funebres ou religiosos (mercador de)	20.000
Passaros (mercador de)	10.000
Palhinacão (empregario de estabelecimento de)	40.000
Perfumeria (fabricante ou mercador de)	50.000
Pharmacia (empregario de) 1º classe	100.000
Eden de 3º classe	50.000
Phosphores (mercador de)	20.000
Photographia (empregario de)	15.000
Tintor com estabelecimento	10.000

Q

Quenicos (mercador de)	10.000
------------------------	--------

R

Relogios (concertador de)	10.000
Relogios (mercador de)	40.000
Rincha para brigas de gallo (empregario de)	10.000
Roupa feita (fabricante ou mercador de)	40.000
Roupa de fantasia (alugador de)	10.000

S

Sabão ou velas de sebo (fabricante ou mercador de) 1º classe	50.000
Eden de 2º classe	30.000
Eden de 3º classe	20.000
Sacos de papel (fabricante ou mercador de)	10.000
Sacos (fabricante ou mercador de)	45.000
Saff (mercador de)	20.000
Sanquerenga (mercador de)	5.000

Sopateiro com estabelecimento
Selheiro, vide corneiro.

Sellus (mercador de)

Serralheiro com estabelecimento
Sellos, vide estampilha.

Levaria (empregario de)

Solicitador ou procurador de causa

T

Topiaria, polvilho e fulá (mercador de)

Telephone (empregario de)

Tinta de encerar (fabricante ou mercador de)

Tinta, óleo e artigos para pintura (mercador de)

Tintureiro com estabelecimento

Tiras bordadas (fabricante ou mercador de)

Tiro ao arco (empregario de casa de)

Traductor juramentado

Tubos para encanamentos (fabricante ou
mercador de)

V

Velas de cera, stearina (fabricante ou
mercador de)

Velodromo (empregario de)

Vidraceiro com estabelecimento

Vitirinario

Vime (fabricante ou mercador de objectos de)

Vinagre (fabricante ou mercador de)

Vinagre de uvas (fabricante de)

Vinho (mercador de)

Vinho natural (fabricante de)

Z

Zincos (mercador de objectos de)

Zincographia (empregario de)

Título II

Do Imposto de Veículos Capítulo I

Art. 67º - Do Imposto e das Exemções

Art. 67º. A arrecadação geral deste imposto é feita de 1º de Janeiro a 31 do mesmo mês e é cobrada independentemente de lançamento e de aviso sobre todo o veículo que sirva para transporte ou condução, de acordo com as tabelas das taxas, constante de capítulo seguinte.

Art. 68º. Os proprietários de veículos que não satisfizerem o pagamento do imposto nos prazos legais, incarregão em multa de 20% que será aplicada no dia seguinte ao da extinção dos prazos.

Art. 69º. O imposto será cobrado integralmente de todos os que devam pagar em qualquer data de 1º semestre, e pela metade dos que só tiverem se utilizado do veículo do 2º semestre.

Art. 70º - São isentos do imposto de veículos

1º Os veículos de outros municípios aqui chegando em trânsito;

2º Os carros e carroças de mato;

3º As bicicletas e moto-gicletas;

4º Os veículos das associações de beneficência e serviços destas;

5º Os veículos destinados aos serviços públicos quer da União, quer do Estado ou dos municípios.

Capítulo II

Tabela das Taxas

A

Automóvel de carga	60.000
Véhiclo para condução pessoal	40.000
Véhiclo (particular)	25.000
Motocicleta	12.000

C

carretão de eixo a 4 rodas, para transporte de madeiras ou pedras	R\$ 100,00
barro de eixo novos (os chamados de bois)	R\$ 100,00
barroca	10,00
barroca	24,00

T

Rebolz

R\$ 4,00

Título III

Do Imposto de Ambulantes.

Capítulo I

O Imposto.

Art. 71º. O imposto de ambulantes recae diretamente sobre os individuos que exercer commercio e industria nas ruas ou logares publicos e sobre coisas e pessoas contempladas na tabelia constante do capitulo.

Art. 72º. Este imposto é pessoal e intercessivo, sendo devido pelo individuo que exercer a profissão tributada, quer o faça por conta propria ou de terceiro.

Art. 73º. Os ambulantes de qualquer especie não poderão, com o pagamento de um só imposto ocupar outra pessoa com venda de suas mercadorias, nem mesmo a pretexto de simples auxiliar.

Art. 74º. Só é permitido o commercio em carriúlos pelas ruas nos casos expressos na tabelia, ou com licença do Prefeito, nos casos novos especiais.

Art. 75º. Nos arrobaledes e nas estradas é permitido aos mascalos venderem em cargueiro que não excederá de um para cada mascal.

Capítulo II

Das Isenções.

Art. 76º. São isentos do imposto:

19
M. J. P. 19

- 1º - Os operarios e trabalhadores;
- 2º - Os vendedores de pão;
- 3º - Os vendedores de produtos de novas fábricas do Municipio, cuja propaganda o Prefeito julgar necessaria animar;
- 4º - As isenções do artigo anterior não compreendem os veículos para conduções de gêneros que fazem objeto da profissão; nem os impostos de industrial ou profissões de casas que vendem os mesmos gêneros; nem os impostos de ~~Vários~~ tabela que por outras razões alguém esteja sujeito a pagar.

Art. 77º - Os pagamentos e arremessos do imposto de outras espécies não exoneram do pagamento das taxas, de ambulantes para quem exerce os mestres nela compreendidos.

Art. 78º - Quando o comércio ou profissão ambulante não estiver contemplado na tabela nem puder ser assimilada a alguma das que já tiverem taxa, cobrar-se-ão as taxas de 300,000, 500,000, 100,000 ou 300,000, conforme a sua natureza, importância ou resultado.

Art. 79º - Não será permitido aos ambulantes o comércio dos seguintes: bengalas, chapéus de sol e de cabeças, bonete, charutos e cigarros, chicotes, cordas, barbantes, papéis, lapis, tintas, pemas, de escrever, enveloppes, livros impressos ou em branco, fósforos, phosphoros, ferroviaria, oleos e tinta.

Capítulo III

Das Reclamações e dos Recursos.

Art. 80º - O contribuinte que se sentir agredido com a applicação das taxas poderá reclamar perante o Prefeito Municipal.

Art. 81º - De janeiro quando já tiver exercido o

mercio ambulante no exercicio anterior;

IIº - Haverá de começar o exercicio da occupação fóra da disposição anterior.

Art. 81º - Em outro qualquer caso poderá recobrar depois de pago o imposto dentro de 15 dias contados do acto do pagamento.

Art. 82º - As reclamações serão feitas mediante petição sellada, datada e assinada e entregue na Secretaria da Prefeitura.

Capítulo IV

Do Tempo e modo da cobrança.

Art. 83º - A cobrança do imposto será realizada independente de lançamento ou de aviso, a boca de cofre, durante o mês de janeiro.

Art. 84º - Quando se tratar de inicio de ocupação não exercida no anno anterior, o pagamento será realizado em qualquer época, antes forem de começada essa ocupação.

Art. 85º - O contribuinte que não satisfizer o imposto nos prazos acima determinados, incorrerá em multa de 10% que será applicada no dia seguinte ao da extinção do prazo.

Art. 86º - O imposto será cobrado integralmente de todos que o devam pagar em qualquer época do primeiro semestre e quando a occupação ou industria for iniciada no segundo semestre cobrar-se-á apenas metade das taxas correspondentes ao imposto estabelecido para o exercicio posterior.

Capítulo V

Disposições Gerais.

Art. 87º - Cambulante que vender artigos sujeitos a diferentes taxas, pagará duas vezes a

20
Appre

Taxa mais tributada, ficando isento de todas as outras.

Art. 88º - Quando, porém, as diferentes taxas reunidas importarem em menos que o duplo da mais tributada, dever-se-á por elas fazer a averbação, sem observância do artigo anterior.

Art. 89º - Quando a tabella houver uma taxa especial para qualquer ambulante, esta não será compreendida na taxa geral a que logicamente pertence.

Art. 90º - Para impedir das ocupações de ambulantes é indispensável que os interessados se inscrevam previamente na repartição de rendas.

§1º - Omissão desta disposição incorrerá na multa de 200.000.

§2º - A mudança de ocupação de ambulante deve de nova inscrição e do pagamento das taxas que correspondem ao novo encosto, sem atenções às taxas já pagas pela ocupação anterior.

Art. 91º - As decisões sobre qualquer reclamação só produzem efeitos quanto ao objecto expresso da mesma.

Art. 92º - As faltas passíveis de multa a que se refere este capítulo poderão ser denunciadas ao collector ou ao Prefeito, cobrindo ao denunciante a metade da multa.

Capítulo VI Tabellas das Taxas.

A

Acolechador (mercador de)	40.000
Brincarinhos, quinquilharias, imagens, rosarios (mercador de) semestre	250.000
Artes de luxo (mercador de)	20.000
Artefactos nacionais (mercador de)	15.000

Idem extrânguio

60.000

Aguardente (mercador de) anno

50.000

Idem de cada cárquero que for vendido

1.000

B

Barriques baldes de madeira

15.000

Brinquedos (vide armários etc)

200

Bois, vacas, vitellas e garrotes (mercador de)

20.000

Idem de cada um que for vendido

1.000

C

Caca, (mercador de)

10.000

Café, doces, queijos, pasteis, empadas e bolos (mercador de) anno

10.000

Caldo de cama (mercador de)

5.000

Cestas, vassouras, escovas e objectos de vimes, semestre

10.000

Colchões em carros puxados por animais, semestre (mercador de)

300.000

Idem em carros de mãos ou baleias, semestre (mercador de)

200.000

Chales e semelhantes (mercador de)

100.000

Cadeiras e mesinhas rústicas (mercador de)

5.000

Carteiras de bolso com artigos para fumantes (mercador de)

15.000

Cartões postais (mercador de)

10.000

Colchas brancas ou fantasia

20.000

Carimbos de borracha (mercador de)

10.000

Cavalos ou bestas de cada uma que for vendida

1.000

D

Dentista, por anno

50.000

Distintivos em forma de abotoaduras ou alfinetes (mercador de)

5.000

21

E

Citampas, quadros e oleographias (mercador de) semestre	300,000
Engraxador	5,000
Espelhos com ou sem molduras	100,000

F

Fazendas (mercador de) semestre	300,000
Figuras de gesso ou barro (mercador de)	100,000
Flores artificiais (mercador de)	100,000
Idem naturais (mercador de)	5,000
Ferragens, objectos de ferro esmaltados (mercador de) semestre	300,000
Folhas de flandres em obra (mercador de)	10,000
Frutas (mercador de)	10,000
Idem em couro, carreça ou cárqueiro	2,000
Fazendas e armariinhos (vide mascate)	

G

Gaiolas (mercador de)	5,000
Gravatas (mercador de)	20,000

L

Speite em latas ou outra qualquer vasilha (mercador de)	10,000
Idem em paccas, cada uma	10,000
Idem em cabras	5,000
Leiunicas, chouricos e semelhantes (mercador de)	20,000
Leouça de barro (mercador de)	5,000
Idem de porcellana, vidro ou pó de pedra (mercador de)	50,000

M

Mascate de armariinho (vide armariinho)	
Idem de calzado (vide calzado)	
Idem de fazendas, armariinhos e quiquiri-	

Marias etc, semestre	E	500,000
Mascates de roupas feitas, semestre		300,000
Idem de tecidos de meias, semestre		50,000
Idem de rudes sómente, semestre		10,000
Massas alimentícias (mercador de)		200,000
Meis de abelhas, melados e rapaduras		10,000
Mappas colridos ou não		5,000

O

Objetos nacionais ou estrangeiros	10,000
Objetos de madeira (pequenos artifícios)	10,000

P

Peixes (mercador de)	10,000
Photographs (mercador de)	15,000

Q

Quadros (de pintura) em caixilho ou moldura	10,000
Queijos (mercador de)	10,000

RJ

Rendas nacionais ou estrangeiras	20,000
----------------------------------	--------

S

Sabão, sabonetes (mercador de)	20,000
Sorvetes (mercador de)	5,000
Salchichas, salames (mercador de)	20,000
Sementes de flores, frutas e hortálicas	5,000

T

Toletes de qualquer espécies	15,000
Folhas de limão ou algodão	20,000

V

Velas (mercador de)	5,000
Hidrácios com vidros simples ou duplos	15,000

Síntese IV

Do Imposto de Licença e Localização.

Capítulo I

Do Imposto.

22
J. J. P. 10/10/1922

Art. 9^o. O imposto de licença, estacionamento e localização é devido pelas pessoas que exploram divertimentos públicos ou particulares; concessões especiais para comerciar além das horas determinadas nas leis; pelos engraçadores que se utilizarem dos logares públicos para se localizarem; por todos aquelles que se ocuparem de mistérios que pela necessidade da fiscalização da polícia municipal não podem ser exercidos sem licença do Prefeito; enfim por quem quer que seja, a individuo ou sociedade que, por serviços ou posses estiverem, compreendidos na tabela que se refere esta lei.

Art. 9^o. Este imposto, na parte concernente à engraçadores estacionados ou a qualquer ocupação das ruas ou logares públicos, é pessoal e intransférivel, recolhendo directamente sobre o individuo que for ocupante dos logares.

Art. 9^o. Quando se tratar de exhibição de objectos de distração que não possa ser feita por um só individuo, prevalece o pagamento de um só imposto.

Art. 9^o. A parte do imposto referente a cocheiras, tanto de cavaleiros, de mulas, como de vacas, recarregue sobre o proprietário, embora estas estejam alugadas a terceiros.

Art. 9^o. Quando a licença ou localização não estiver contemplada na tabela nem puder ser pensemada a alguma das que já tiverem taxa, o colecto procederá de acordo com art. 9º desta lei.

Art. 9^o. Quando a licença referir-se a espetáculos, bailes, concertos ou quaquer outros divertimentos públicos, em casas particulares ou públicas a licença deverá ser paga previamente na colectoria municipal, sob pena de ser suspenso o

divertimento, plenamente multa de 20000.

Capítulo II

- Das Isenções -

Art. 99º São isentos de imposto:

- 1º Os estacionamentos de veículos;
- 2º Os bailes, concertos e outros divertimentos em casas particulares, que não forem com o fim lucrativo;
- 3º Os concertos, espectáculos, festejos e outras festas de benefícios de instituições de caridade ou fins humanitários uma vez que sejam autorizados previamente pelo Prefeito;
- 4º As cocheiras particulares;
- 5º O funcionamento, depois das 10 horas da noite, das farmácias e padarias.

Art. 100º O pagamento e as isenções de impostos de outras espécies não isenta do pagamento de imposto desta tabela para aquelas que estejam compreendidas em suas taxas ou em outras a que devam ser acrescidas.

Capítulo III

- Do Lançamento -

Art. 101º A arrecadação deste imposto dependerá de lançamento, quanto as taxas sobre cocheiras, jogos e diversões permanentes; e far-se-á independente de lançamento quanto as outras taxas.

Art. 102º O lançamento será feito no mês de Fevereiro do ano da arrecadação, podendo o Prefeito alterar esta época quando seja necessário.

Art. 103º Para o processo de lançamento observar-se-á as disposições dos artigos 15º, 16º, 17º e 18º desta lei.

23
J. J. G. 23

Capítulo IV

Oa Cobrança

Art. 104º A parte do imposto que depender de lançamento será cobrada a boca do cofre nos seguintes prazos:

§ 1º - Três de março, dos contribuintes lançados na época legal;

§ 2º - Dentro de 20 dias, contados do lançamento, quanto aos contribuintes lançados depois dessa época;

§ 3º - Até os prazos estabelecidos nos §§ anteriores, se os contribuintes quiserem ou se se tratar de recantellar os interesses do município.

Art. 105º O prazo estabelecido no § 1º do artigo antecedente, aproveita todos os contribuintes lançados na época legal.

Art. 106º A parte do imposto que não depender de lançamento será arrecadada a boca do cofre antes de se dar começo à ocupação das casas, sendo que se entende por ocupação o simples levantamento de uma pedra ou o batimento de uma estaca para construir-se circo, e a abertura de uma porta para espetáculo ou qualquer diversamento.

Art. 107º O contribuinte, de imposto lançado que não o satisfizer nos prazos determinados nesta lei, incorrerá na multa de 20% que elle será applicada no dia seguinte ao da extinção dos mesmos prazos e o dos outros impostos não lançados incorrerá na multa de 20.000 applicada imediatamente.

Art. 108º Quando a tabela não estabelecer o tempo ra que corresponde o pagamento de que

imposto, entende-se assim:

1º que corresponde a uma só função, ou que dig.
respecto a bailes, espetáculos, jogos, exposições ou
outros divertimentos quaisquer;

2º que corresponde a todos o exercício, quando se tratar
de estacionamento ou localizações de engajadores,
de licença para cais, cocheiros e jogos licitos.

Art. 100º Quando o imposto for anual,
será cobrado integralmente, de todos os que se devam
pagar em qualquer época do primeiro semestre, e pela
metade, dos que só iniciarem sua ocupação dentro
do segundo semestre.

Art. 101º A falta de lançamento não isen-
ta o contribuinte do pagamento do imposto e da
multa respectiva, a que estiver sujeito, logo que
se lhe exija.

Capítulo V

Das Reclamações e dos Recursos

Art. 102º O contribuinte poderá recamar
perante o Prefeito, até 10 dias depois, da conclusão
do lançamento, geral.

§ Único - Se o lançamento geral se tiver pro-
rogado por maior prazo além do regular, contar-se-
ão sempre 10 dias para os lançamentos que
se excederem.

Art. 103º Quando o contribuinte tiver de
pagar imposto não lançado, a recamarão será
feita, antes do inicio da ocupação taxada, depois
de pago o respectivo imposto e dentro de 15 dias
contados do auto de pagamento.

Art. 104º Quando o contribuinte não se con-
famar com a decisão do Prefeito poderá recorrer
para à Câmara no prazo de 14 dias, sem efeito

24
J. G. V. P. 1894

suplementar

Capítulo VI Tabela das Taxas.

A

Andarilhe, inclusive tapamento, por trimestre	24.000
Argolinhas, (jogo de)	40.000

B

Baile publico de plantaria ou de massa- ra, em que se cobra entrada, um	10.000
Baile de qualquer outra especie, cobrando entradas ou auferindo lucros, em salões apropriados e com carácter permanente, ano	30.000
Baile cada um em salão improvisado, um	10.000
Bolas (jogo de) anno	40.000
Botiques, ou restaurantes improvisados nos logares de festa até 10 dias	20.000
Solen até 3 dias	10.000
Solen por dia	5.000
Boucos automaticos (excluindo oper- ações da cidade) por anno	20.000

C

Gás, por anno	5.000
Cinemato grópica (exibição de) por anno	120.000
Solen por função	10.000
Club de jogos licitot, por anno	5.000
Cocheiras de cavalos e mulares, para um ou dois animais	10.000
Solen para mais de dous até cinco animais	15.000
Solen para mais de cinco animais	25.000
Solen de vacas, para uma ou duas va- cas	10.000

Idem para mais de duas, até, cinco vacas	15,000
Idem para mais de cinco vacas	25,000
Concertos musicais, nos theatros, em	10,000
Idem em outros salões, em	5,000
Idem nos hoteis, confeitarias e restaurantes, sendo permanente e cobrando-se entrada, semestre	25,000
Confetti, serpentinas e mais artigos de carnaval para vender os mesmos preços	30,000
Carriolas de cavalos, cobrando-se entrada, por dia	12,000
Idem de bicicletas, por dia	12,000
Cosmorama, por 30 dias	20,000
Circo ou barracas para espetáculos ou divertimentos públicos, em terrenos públicos, por funções	12,000
Baretos por 15 dias	10,000

E

Engraçador (estabelecimento de)	5,000
Espectáculos de bonecos ou cavallinhos, artificiais em theatros, circos etc, por 30 dias	30,000
Idem de cavallinhos, gymnaستica e acrobacia, por funções	10,000
Idem em terreno particular ou em sala de espetáculo, por funções	10,000
Idem de fantasmagoria, prestígitos, metapsicose, quadros vivos etc, por funções	10,000
Idem de operetas, por funções	10,000
Idem, dramatico ou gymnaستico em sala particular, por anuidores, cobrando entrada, por funções	10,000
Idem idem por semestre	30,000

25
MVR/20

Idem de canhoneira ou dama, por função	10,000
Idem idem, por vez	10,000
Idem dramatico, um	10,000
Idem lyrico ou opera, um	12,000
Idem de touranadaria, um	15,000
Estacionamento de ambulante de frutas, doces e qualquer mercadorias exportas à venda, anno	10,000
Idem em porta de casa de espetáculo, igreja, etc, por ocasião de espetáculos e festinidades, anno	5,000
Exercício de escrima, tiro ao alvo, patinação etc, por vez	5,000
Exposições de figuras, quadros, animais e fenômenos, por vez	30,000
Exposições ou explorações de animais vividos, pelas ruas e praças, por 30 dias	10,000

F

Fogos para queimar em lugares públicos, por dia	5,000
---	-------

V J

fogos licitos, em lugares de festas, ao ar livre, em terreno particular até 30 dias	20,000
Idem idem em terreno público	30,000
Idem idem sendo em terreno particular, barracas, até 30 dias	30,000
Idem sendo em terreno público, barracas até 30 dias	40,000
Idem idem em casa particular até 30 dias	40,000
Idem idem por dia	5,000

L

Leitura magia (espetáculo) por funções	10,000
Licença especial para ter casa aberta de	

por das horas determinadas pelas Po-	
sturas Municipais, por anno	20.000
Idem por dia	5.000
Exibição de commerciantes ou mís, por anno	30.000
Idem por dia	5.000

M

Materiais de construção, na rua, (depo-	
sito de), não impedindo o trânsito e excedendo de 24 horas, por anno	20.000

Músicas, só em grupo, tocando para gaúchos	
por 30 dias	20.000

Idem tocador de malho, por 30 dias	20.000
------------------------------------	--------

P

Photographs, exposição de photographs, não	
estabelecido, por mês	20.000

Idem ambulante, por mês	20.000
-------------------------	--------

T

Terrenos (obrigado a) para espetá-	
culos ou divertimentos públicos, por terrenos	

tae	10.000
-----	--------

Sítio V

Das Taxas de Pesos, medidas e Balanças.

Capítulo I

Art. 114º Todo o negociante indus-
tria, artista estabelecido ou não, que
no exercício de sua profissão medir ou
pesar mercadorias, é obrigado a ter suas medi-
das, pesos e balanças de acordo com o padrão
municipal.

§ Único (Ex impacter) desta disposição incor-
reto na multa de 20.000 e o dobro nas reinci-
dências.

26
M. J. P. 1900

Art. 115º Conforme a especie do commercio e profissão de que se tratar, os pesos e medidas adoptados serão os seguintes:

1º Os armazéns de confeitarias, tavernas e todos os estabelecimentos que fornecerem gêneros, devem ter um termo de medidas para líquidos, um dito para secos e para ração;

2º Os armazéns de molhados, os fabricas ou depósitos de sabões, azeite ou velas, devem ter um termo de pesos de 50 grammas a 400 kilos e um termo de medidas para líquidos;

3º Os ourives, relojoeiros, vendedores de joias, confeiteiros de objectos de ouro ou prata, devem ter um termo de pesos de uma gramma a 200 kilos;

4º Os açougueiros devem ter um termo de pesos de 50 grammas a 1000 kilos;

5º Os armazéns de secos ou de mantimentos devem ter um termo de pesos de 50 grammas a 1000 kilos e um termo de medidas para secos e ração;

6º As drogarias, depósito de açucar, loja de couros, de tintas, refinarias de açucar, armazéns de trigo para sementes, fabricas e depósito de fogões, loja de ferragens, devem ter um termo de pesos de uma gramma a 1000 kilos; sendo que as lojas de tintas e de ferragens, devem ter um termo de medidas de líquidos, e as lojas de couros, um metro;

7º As farmácias e ambulâncias medicas devem ter um termo de pesos de uma gramma a dois kilos, dois copos graduados e um granatório;

8º As confeitorias e padarias, devem ter um termo de pesos de uma gramma a 2000 kilos;

9º Os serraleiros e os ferrariais, devem ter um termo de pesos de 50 grammas a 500 kilos e uma treva;

- 10º Os depositos ou fabricas de licor, de vinagres e os vendedores de mes, devem ter um termo de medidas para líquidos; os vendedores de leite pelas mesas, terão a medida de litro e meio litro;
- 11º Os armazéns devem ter um metro e os armazéns de materiais devem ter um termo de pesos de 50 grammas a 100 pilos e uma treva;
- 12º Os alfaiates, armazéns de madeiras, carpinteiros, depositos de vidros, fumícos, lojas de fazendas, de sapateiros, marceneiros, mestre de obras, cobreiros, pedreiros, mescates, madereiros, farrapos, devem ter uma medida de metro, que pode ser substituído por uma treva nos casos que isto convier;
- 13º Os casas comerciaes que deixarem de ser especificadas, terão os termos de pesos e medidas daquellas que lhe forem semelhantes.

Capítulo II Da Aferição

Art. 116º Todas essas medidas, antes de serem utilizadas, serão competentemente comprobadas pelo padrao municipal.

§ único - Infractione desta disposição incorre na multa de 10\$000 a 20\$000.

Art. 117º Alem da aferição de que trata o artigo anterior, far-se-á outra todos os anos, no começo do mes de Janeiro.

§ único - Infractione desta disposição incorre na multa de 10\$000 a 20\$000.

Art. 118º Para conseguir o pagamento da taxa de aferição deverá o contribuinte entregar primeiramente o tofão relativo ao pagamento feito ao Collector e, apresentar este ao aferidor, que sódá visto, datando e assinando, depois de aferir os pesos e medidas.

Art. 119º Si por occasião das variações forem

25
Marras

encontrados, pesos e medidas, sem estar aperfeiçoadas, em hora tempestiva pagará competente taxa, será punido com multa de 100.000 a 200.000.

Art. 110º - Pela aperfeiçoação das balanças, pesos e medidas, serão cobradas as taxas do capítulo seguinte:

Capítulo III.
Tabela das Taxas.

B

Balança centesimal	5.000
Balança comum	1.000
Balança decimal	2.000

M

Medida de capacidade para líquidos, termo até 20 litros	1.500
Idem para secos até 20 litros	1.500
Idem, idem, de mais de 20 litros, uma	1.500
Medida de capacidade para secos, termo de meio litro a dois litros	1.000
Medida de comprimento, de um metro para menos	1.000
Indas.	1.500

P

Peso, cada kilogramma	1.000
Peso com menos de 50 grammas, cada	1.500
uma	1.500

R

Rasoura	1.000
---------	-------

T

Treva ou escala	1.000
-----------------	-------

Capítulo VI.

Do Imposto Predial Urbano.

Capítulo I

Do Imposto.

Art. 141º - O imposto predial urbano tem por base o valor locativo anual dos prédios situados dentro do perímetro urbano.

Art. 142º - O valor locativo anual é computado pela seguinte forma:

- a) o aluguel por espaço de 12 meses, que produza ou possa produzir o prédio;
- b) o arrendamento constante de casas ou de contratos públicos ou particulares;
- c) a sublocação por preço inferior, igual ou maior que a determinada no contrato de arrendamento;
- d) a ocupação grata do prédio, com destinação pública, de valor e de tempo da ocupação;
- e) a ocupação grata do prédio, não documentada e nesse caso o valor locativo anual é computada pela similar mais próxima e de proporções equivalentes.

Art. 143º - São reputados prédios urbanos todos os contribuintes assentes no solo e sob qualquer forma e que se prestem para habitação uso ou recreio.

§ único - Para os efeitos deste imposto compreende-se o terreno anexo.

Art. 144º - A taxa sobre o valor locativo será de 6%.

Art. 145º - Quando o prédio pertencer a diversos donos, o imposto recolherá proporcionalmente sobre cada um deles, ficando, porém, todos solidariamente obrigados pela totalidade do imposto.

Art. 146º - Quando os prédios estiverem sob a administração e guarda de testamenteiros, tutores, curadores, administradores, usu-frutuários, depositários

nos públicos ou particulares, o imposto será pago por essas pessoas independente de despacho, venia ou autorização da autoridade ou pessoa a quem devam dar conta.

Art. 127º - Quando os predios pertencentes a conventos, ordens ou associações religiosas ou corporações de má morta, o imposto será pago pelo respectivo administrador, gerente, zelador ou procurador, independente de ordem da administração ou gerência superior.

Capítulo II

Das Isenções

Art. 128º - São isentos do imposto:

1º - Os predios pertencentes a Fazendas do Estado ou aos municípios;

2º - Os predios, pertencentes à associação de levez fisionomia em que funcionarem hospitais, asilos, escolas ou colégios mantidos por essas associações;

3º - Os templos e as capelas destinadas ao culto de qualquer religião;

4º - O Club Leiteiro Tiaporensse.

Capítulo III

Do Lançamento

Art. 129º - O lançamento do imposto predial será feita no mês de Junho do anno da arrecadação.

Art. 130º - Para efeitos de lançamento observar-se-á os artigos 13º, 16º, 17º e 18º desta lei.

Capítulo IV

Das Reclamações e Recursos

Art. 131º - Os contribuintes poderão recamar ate 10 dias depois da confirmação do lançamento.

Art. 132º - São considerados objectos de reclamação:

- 1º A redução da parte do imposto por ser o valor locativo do predio menor que o lançado;
- 2º A exoneracão do imposto em consequencia da perda total do rendimento por ter o predio sido demolido;
- 3º A redução total ou parcial do imposto por estar na occasião do lançamento compreendido em algumas das isenções.

Art. 133º As reclamações devem ser dirigidas ao Prefeito Municipal por meio de requerimento.

Art. 134º Nenhuma reclamação tem efeito de retardar o pagamento do imposto, ficando por encargo ao contribuinte o direito à restituição do imposto e multas pagos individualmente.

Art. 135º As decisões que em primeira, quer em segunda instância só produzem efeito de causa julgada para o exercício, que houver dado lugar à reafirmação.

Capítulo V

O Templo e modo da cobrança.

Art. 136º A cobrança do imposto predial será realizada em uma só prestação, à boca do cofre, no mês de Abril de cada anno.

Art. 137º O que não pagar no devido tempo incorrerá na multa de 30% sobre o valor do imposto a pagar.

Capítulo VI

Disposições Gerais.

Art. 138º Os predios serão inscritos em nome do proprietário ou do seu frutuário, se houver.

Art. 139º O predio ainda que edificado em terreno alheio será lançado em nome do seu frutuário.

Art. 140º Não é permitido ao lançador,

Moradi

entrar nas casas sem consentimento dos moradores, cumprindo quitar-se pelos recibos, contractos de locação e se não falta ou insuficiencia destes procederá ao arbitramento após despacho do Prefeito.

Art. 148º - O arbitramento terá lugar por despacho do Prefeito e sua indicação de dois arbitradores estrangeiros, corporações e funções Municipais e isso no caso de tratar-se de predio novo com renda recente.

§ único - Em caso de predio ser ocupado pelo proprietário há mais de um anno, ignorando o valor locativo consultado no anno anterior.

Art. 149º - Se o proprietário do predio não estiver de acordo com o recibo ou contracto com o aluguel que deva dar o predio, tomará nota a parte e exporia ao Prefeito que providenciará como for de direito para elucidacão do caso.

Art. 143º - Os predios em construção não collectados na occasião do lançamento, ficam sujeitos ao imposto desde o 1º dia do mes subsequente, aquelle em que terminar a construcção.

Art. 144º - O proprietário do predio ou uso fructuário, no caso de não ter sido collectado, é obrigado a fazer a necessaria comunicação à collectoria municipal para o devido lançamento, sob pena de multa de 20% cobrada sobre o valor do imposto.

Art. 145º - Para os efeitos do lançamento de imposto predial, os proprietários de predios construídos no lapso de um a outro lançamento, sob pena de multa de 20% não obrigados a comunicar à collectoria municipal o dia em que terminarem as construções de seus predios.

Art. 146º - O imposto predial constitue onus real passando com o predio para o dominio do ad-

quecente ou sucessor.

Art. 147º Sempre que houver transferencia de domínio de alguma predio, qualquer dos interessados requererá ao Prefeito, averbação no livro de lançamento e à vista do despacho, o collector fará e anotará no requerimento, a respectiva averbação, dando o respectivo numero de ordem constante do livro de lançamento, e fazendo neste instantes, declarações com a mesma data.

Art. 148º Adpanha se interdicto o predio por ordem de autoridade competente por motivos de não querer o proprietario, ou seu fiscalario, fazer as reformas, limpeza, desinfecções e instalações necessárias, é elevado o imposto com 50% sobre a cada lesta feita.

Art. 149º O que defraudar o fisco Municipal fazendo ao lançador declarações incorrectas ou assignando contractos e recibos de alquim reinvocar que o real incorrerá em multa igual ao imposto de um anno.

Síntulo VII Das multas.

Capítulo Unico.

Art. 150º Compreende-se na rubrica deste título as multas impostas pelo Prefeito e Gerencias Municipais e as que por direto pertencerem à Municipalidade, embora applicadas por autoridades ou funcionários Estadual.

Art. 151º Esas multas podem ser:

- a) à demora de pagamento de impostos e outras infrações das leis desses impostos referidos nos títulos anteriores;
- b) a infrações de disposições do Código de Posturas,

30

e de leis e regulamentos do mesmo gênero;

c) - as infrações de cláusulas de contratos feitos ou fiscalizados pelo governo municipal;

d) - as outras quaisquer coisas previstas em lei.

Art. 152º - As multas por dívida de pagamento de impostos nos prazos regulamentares são de 20% e 30% sobre a importância do imposto.

§ 1º - Quanto aos impostos lançados o que tenham pagos para pagamento, não aplicadas no dia seguinte ao da extinção dos pagos.

§ 2º - Quanto ao que devam ser pagos antecipadamente, serão aplicadas no acto da verificação da infração.

Art. 153º - As multas por outras infrações de leis são variáveis conforme o caso, até o máximo de 500.000.

Art. 154º - As multas de que trata o artigo 152º serão adicionadas ao respectivo imposto e contempladas nos assentamentos, bastando a sua inclusão nas certidões do débito do imposto para serem cobradas judicialmente.

Art. 155º - Todas as outras multas, por infração do código de posturas e de outras leis e regulamentos municipais, serão consignadas em autos em que se mencione a infração.

§ Único - Independentemente desse auto, não se poderá requerer a instauração do processo nem tornar-se efectiva a pena.

Art. 156º - As multas de que tratam os artigos 152º § 1º podem ser pagas imediatamente com o respectivo imposto, na collectoria municipal, até 30 dias depois de sua applicação, as de que trata o § 4º podem ser pagas imediatamente.

Art. 157º - Na falta de pagamento no tempo determinado nos artigos antecedentes, serão remetidas das certidões do débito à Prefeitura, opinião de promover a cobrança judicialmente.

Art. 158º - Quanto às multas de que tratam os artigos 155º representam aos impostores que as não pagarem de pronto, serão conservados na Secretaria da Prefeitura, durante 30 dias, os autos mencionados, quando se delles aviso aos multados, comprovando-se a fagarem o pagamento ou a darem a razão porque não o fazem.

Art. 159º - Mantida a multa e não sendo paga no prazo estabelecido no artigo anterior, será instaurado o competente processo.

5º Título VIII

Das Indemnizações.

Capítulo Único

Art. 160º - Classifica-se na rubrica desta título a receita referente:

- a) à indemnização de prejuízo causados em bens ou serviços municipais;
- b) o reembolso de despesas que a fazenda Municipal haja adiantado, em favor de partes e em virtude de leis e regulamentos;
- c) a reposição de quantias indevidamente pagas;
- d) à restituição de quantias adiantadas;
- e) a abances de espousaveis para com a fazenda Municipal;
- f) e outras arrecadações de provisória similaridade, das alíneas anteriores.

Art. 161º - Exceptuam-se desta classificação as quantias que forem mandadas depositar especialmente para satisfação de despesas, quando estas

Janeiro 31

ainda não estiverem pagas e as que, por serem de exercícios encerrados, pertencem à rubrica da dívida activa.

Título IX

Das Rendas não classificadas.

Capítulo Único.

Art. 162º - Como rendas não classificadas ou imprevistas, devem se inserir entre outras:

- a) as de venda de objectos inutilizados nas repartição municipais;
- b) as de venda de leis, regulamentos e outras publicações feitas pela municipalidade;
- c) as de alienação de terrenos e outros bens do domínio privado do município;
- d) os depósitos sem applicação que devam reverter para o tesouro municipalf;
- e) os depósitos do produto líquido de fraca de animais e objectos apreendidos, quando não forem procurados nos fracos legais;
- f) o juro dos soldos da collectoria municipal, quando depositados nos bancos em conta corrente.

Título X

Da Dívida Activa

Capítulo Único.

Art. 163º - Considera-se dívida activa toda a cobrança a efectuar-se que como tal estiver inscrita no livro da respectiva inscrição, a cargo da collectoria municipal, e pratica:

- a) da receita não arrecadada relativa aos exercícios já encerrados;
- b) de impostos, taxas, contribuições e despesas muitas das exercícios correntes não pagos o tempo da fatura do cope e cujas certidões tenham sido remetidas à

Prefeitura para a cobrança executiva;
c) de pleito dos responsáveis.

Art. 164º - A dívida inscrita de que trata o artigo anterior, alínea "a" e "c", não pode ser remetida ou redagiada; pode em todo caso, ser objecto de reclamação, nos termos dos §§ seguintes:

§ 1º - A de que trata a alínea "a" poderá ser revista:

- a) depois de faga, quando se fundar a reclamação em direito incontestável ou motivo de força maior;
- b) independente de ser faga, quando se fundar em pagamento já efectuado ou em despacho anterior, estabelecendo a exonerarão a obrigação de que se originar a dívida.

§ 2º - A de que trata a alínea "c", para ser alterada depende da revisão das contas.

Art. 165º - A dívida activa de que trata a alínea "b" pode ser revista dentro do exercício da obrigação em que se fundar a dívida e ser modificada, quando para isto houver motivo justo e fundamento.

Art. 166º - As sentenças judiciais passadas em julgador, que absolverem o devedor da obrigação de pagamento da dívida para com a fazenda Municipal operam a completa exonerarão dessa dívida e devem ser notadas no respectivo livro, avista das comunicações escritas da Prefeitura ao collector.

Art. 167º - Os impostos, taxas e contribuições e respectivas multas de mais de 5 anos consideram-se prescriptos.

Art. 168º - O exercício ou anno financeiro compõem-se do anno civil - 1º de Janeiro a 31 de Dezembro.

32
M. J. P. 32

Art. 170º. A inscrição como dívida dos impostos lançados ^(ou) não e das multas que não foram pagas no devido tempo, começará a ser feita no dia seguinte ao da extinção dos prazos.

§ Único. Passado 30 dias da inscrição será remetido à Prefeitura a certidão do débito.

Disposições finais.

Art. 171º. Quando não tenha prazo nessa lei para cobrança judicial, far-se-á sempre que for possível dentro do exercício da dívida.

Art. 172º. No caso de acautelamento do interesse da fazenda municipal, não se observarão os prazos para a cobrança judicial, mas respeitar-se-á a ausência da multa se ainda não estiverem incobridos.

Art. 173º. Antes, porém, de proceder judicialmente, deverá o Prefeito ou o procurador convocar por ofícios o devedor para saldar o débito no prazo de 10 dias.

Art. 174º. Em todos os casos omissos nesta lei recorrer-se-á em primeiro lugar ao Estado, e em segundo, a da União na parte em que for aplicável.

Art. 175º. Continua em vigor as disposições anteriores com referência a embelezamentos, mudanças e o pequeno cemiterio.

Art. 176º. Revogam-se as disposições em contrário.

O Secretário o fará registrar e publicar.

Secretaria da Prefeitura do Município de Piedade,
11 de Maio de 1916.

O Prefeito.

José Antônio de Lacerda.

O secretário,

Raphael de Nicola

Publicado na mesma data.

61
O Secretário,
Raphael de Nicola

Lei N.º 111 - de 5 de junho de 1916

Dispõe sobre applicação de multas
e da outras providências.

José Antônio de Lavoras, Prefeito do Município de
Piedade.

Faz saber que a Câmara Municipal,
em sessão de 3 do corrente, decretou e eu pro-
mulgo a seguinte lei:

Art. 1º São competentes para perante duas
testemunhas, impor multas por infração de leis, pos-
turas e regulamentos municipais, os autoridades e
funcionários municipais, os Vereadores, os autorida-
des policiais, os Agentes da força pública e quais-
quer munícipes, uma vez que saiba ler e escrever,
e no gozo dos direitos civis e políticos.

§ Único - As pessoas analfabetas, uma vez
que testem presenciado a infração, podem ser tes-
temunhas, assignando alguém por elas a seu rogo.

Art. 2º Sempre que se der infração e impo-
sição de multa será lavrado um auto que deve
constar:

- a) Nome, residência e profissão do infrator;
- b) A lei, postura ou regulamento infringido, com
discriminação dos artigos, parágraphos, alínea e seu-
mero, se houver;
- c) Importância pecuniária da multa;
- d) Data;
- e) Assinatura, da autoridade ou pessoa que ti-
ver imposto a multa;